

# POR UMA VERDADEIRA RENOVAÇÃO DO PCI E DA ESQUERDA

MOÇÃO APRESENTADA POR GAVINO ANGIUS, LUCIANA CASTELLINA, GIUSEPPE CHIARANTE, SERGIO GARAVINI, PIETRO INGRAO, LUCIO MAGRI, ADALBERTO MINUCCI, ALESSANDRO NATTA, ERSILIA SALVATO, MARIO SANTOSTASI, ALDO TORTORELLA, GRAZIA ZUFFA.

Esta moção não é a expressão de uma indiferenciada "frente do não". É o documento proposto por companheiras e companheiros de diversas gerações, que têm tido experiências e orientações diversas mas que hoje estão em movimento por causa de um alarme comum e de uma vontade comum de renovação.

## 1. POR UMA VERDADEIRA RENOVAÇÃO DO PCI

O alarme é o perigo grave de anulação do Partido Comunista Italiano. A vontade de renovação vem da convicção de que seja necessário promover sobre bases claras e sólidas uma profunda correção de linha política e uma reforma do Partido. Este compromisso foi assumido, através de um consenso aparentemente geral, pelo último congresso. Mas agora foi abruptamente interrompido para ser substituído pela proposta de uma "fase constituinte" que leve o PCI a se dissolver em uma nova formação política.

Somos adversários desta proposta não porque ela seria demasiado audaz ou arriscada, mas porque representa um recuo ideal e prático com relação às novas tarefas que estão colocadas perante o nosso país e os povos do mundo. Nós a combatemos porque, ao invés de desenvolver o patrimônio do nosso partido e individualizar claramente as forças e as culturas, com as quais se pode levar adiante uma ação para enfrentar os problemas do país e transformar a sociedade, ela recorre a indicações vagas e ambíguas; nem sabe dizer em que tipo de formação política deveria se dissolver o Partido Comunista Italiano e cancelar o seu nome.

Em substância, a proposta não indica uma linha para o futuro e já produziu danos gravíssimos no presente. Foi favorecida, contra qualquer verdade, a idéia de uma identificação entre o PCI e os regimes despóticos do Leste perante os quais temos assumido posições opostas de princípio e de fato. Tem-se desferido um golpe injusto na esperança daqueles que em todo o mundo têm olhado nosso partido como um exemplo de prática dos ideais comunistas conforme seu sentido de liberdade e de libertação. Tem-se lançado sobre o nosso partido a responsabilidade do impasse da situação política italiana, contribuindo para o ocultamento das responsabilidades políticas e morais dos outros. Têm sido colocados em segundo plano os urgentes problemas dos trabalhadores e do país, enfraquecendo o trabalho da oposição democrática. No momento em que nos sentimos no dever de dizer não a esta proposta, pedimos aos companheiros para dizer *sim* a uma verdadeira e profunda renovação de linha política, da cultura e das formas organizativas do PCI. *O PCI pode e deve se transformar, sem renegar-se a si mesmo.* É verdade, nós temos que ajustar contas com sérias derrotas nossas (e de toda a esquerda no Ocidente) e devemos nos identificar com as extraordinárias novidades históricas. Mas as dificuldades do PCI não nascem do seu nome, mas de uma linha política incoerente e de uma forma organizativa não mais adequada aos tempos. A linha política, não obstante algum episódio positivo, não tem sabido interpretar com clareza e firmeza o papel da oposição democrática, e tem tornado, por isso, mais difícil também a perspectiva de uma linha alternativa de Governo. As formas de organização, mesmo conservando extraordinários elementos de legitimidade e força, não garantem o poder real dos inscritos, a desburocratização, a dialética entre posições diversas, a relação paritária com os movimentos autônomos presentes na sociedade.

Um PCI que corrija a política e mude a forma organizativa sem perde-se a si mesmo, é essencial à democracia italiana e é essencial, no mesmo grau, à procura daquele acordo e daquela unidade entre forças diversas das quais a esquerda se compõe. Ao contrário, é uma posição totalmente enganosa e ilusória pensar que se possa dar vida a uma formação política que adicione ou absorva movimentos e partidos, cada um dos quais possui suas próprias razões, própria dignidade, pró-

pria autonomia e é radicalmente contrário — como os fatos o provam — a renunciar a si mesmo. Ao contrário, a linha que nos propomos é a de um processo que visa, no terreno programático, nas competições eleitorais, nos temas de ação e luta, favorecer formas de atendimento, de elaboração, de reorganização da esquerda italiana.

## II — AS NOVAS TAREFAS NO MUNDO DO PÓS-YALTA: DESARMAMENTO, SUPERAÇÃO DOS DOIS BLOCOS, CENTRALIDADE DO PROBLEMA DO SUL.

A cena do mundo está mudando. O novo quadro que surge abre uma nova época e extraordinárias esperanças. Daí decorrem grandes possibilidades e tarefas de empenho para toda a esquerda européia.

O impulso para a reviravolta veio da revolução democrática que no Leste europeu derruba os grilhões de um modelo político e social autoritário; em alguns casos atropela o poder existente, subverte o ordenamento do Continente e do mundo egresso da Segunda Guerra Mundial. Colocam-se, assim, grandes temas para reflexão sobre a história do século e grandes interrogações sobre as perspectivas futuras.

De qualquer forma, duas coisas já aparecem bastante claras. *Antes de tudo, o que acontece no Leste não representa um desmentido, mas uma confirmação dos juízos e um sucesso das iniciativas que têm caracterizado o Partido Comunista Italiano, mesmo com omissões e erros.* As omissões não têm sido casuais: refletem uma insuficiência também no nosso modo de conceber o socialismo e a transição. Os erros têm pesado. É necessária uma reflexão autocrítica sobre o que poderia ter produzido uma mais corajosa tentativa de refundação de nossa parte; se tivéssemos iniciado, quando o partido ainda era forte, um grande impulso progressista nos vários setores do mundo, e quando estava inteira e hegemonia das forças e potências dominantes. Seria tolice pensar ou dizer: “a realidade nos dá razão, não, temos que rever juízos sobre o passado ou projetos há muito preparados para o futuro.” Uma ruptura se dá no real e não pode ser aceita no pensamento.

É algo muito grave o fato de uma iniciativa ter levado a equiparar os nossos problemas *àqueles dois partidos do Leste*, pelo que foi facilitada a linha de quem declarava como fracasso nosso, a crise daquilo que temos combatido sempre, e o emergir de uma ocasião histórica para a qual temos trabalhado. Uma ocasião que nasce da tentativa de Gorbachev de *conjugarmos democracia e socialismo*. É exatamente esta tentativa que apaixona grande parte da opinião pública, que estimula várias forças políticas da esquerda européia e mundial e contribui para dar maior legitimidade internacional, exatamente à história peculiar e à elaboração recente do Partido Comunista Italiano.

Seria um absurdo que, exatamente no momento em que se abre o espaço para um pluralismo no Leste, nós tivéssemos que contribuir para uma crescente homologação cultural e política que hoje novamente ameaça toda a sociedade ocidental.

*Mas as novidades do Leste não avançam somente, hoje, sob o signo de uma reforma, mas também como queda e crise dramática.*

Também a nossa relação com a Internacional Socialista tem um significado totalmente diverso se a sentimos e a apresentamos como uma contribuição a uma renovação teórica e política, ou a um *misturar-se* de forças articuladas, hoje ativas na esquerda européia e mundial, ou até como pura e simples aceitação de uma hegemonia cultural e de uma forma organizativa já dada.

O impulso produzido pelo desarmamento, sobretudo por causa de Gorbachev, determina a possibilidade de pensar o mundo em termos de interdependência. A revolução democrática do Leste abre novos espaços a uma ação para tornar verdadeira a democracia do Ocidente, afirmando os direitos fundamentais somente parcialmente conquistados, estendendo-o a todos os campos da vida social.

Mas as novidades do Leste não avançam hoje somente, sob o signo de uma reforma, mas também como queda e crise dramática.

A dissolução de um campo pode prometer um mundo de cooperação e interdependência, mas pode dar lugar a impulsos perigosos para a predominância do outro lado. Mesmo a comoção interna das sociedades do Leste pode tomar caminhos diversos: a procura atormentada de um novo tipo de sociedade socialista e democrática, ou a pressão pela pura e simples restauração — com graves conseqüências — de mecanismos e valores típicos das sociedades capitalistas.

As conseqüências seriam pesadas também para a esquerda ocidental. Mais ainda inquietantes seriam as conseqüências deste tipo de homologação subalterna e deste reconstituído domínio de um centro mundial sobre o Sul do mundo.

A tragédia do Sul não somente permanece como a grande contradição de nossa época, mas também se constitui hoje num dos elementos caracterizadores — e geralmente isso não é dito — *das novidades* que se perfilam. Com efeito, não somente permanece e se agrava a distância entre Norte e Sul, mas uma boa parte do Sul volta a regredir no subdesenvolvimento, na fome, na desagregação social, e muitos daqueles países que tinham encaminhado um processo de industrialização, agora o vê interrompido e deformado pela chantagem da dívida e pela imposição de um modelo produtivo concentrado nas exportações, e de um modelo de consumo dirigido somente para as classes privilegiadas. Daqui nasce uma reagudização das tendências repressivas em algumas áreas (América Central, Oriente Médio), mas também nascem novas experiências progressistas (da Nicarágua ao Brasil à África Austral). Tudo isso envolve diretamente uma responsabilidade da esquerda européia. *Talvez dependa, sobretudo de nós, o que será o mundo “pós-Yalta”.* Antes de tudo, no terreno do desarmamento e da superação dos blocos. O objetivo das forças con-

servadoras ocidentais é claramente o de uma anexação gradual de alguns países do Leste através da CEE, para o seu campo, ao contrário de dirigir-se para uma verdadeira cooperação. E é exatamente por isso que freiam — e muitas vezes recusam — aquelas grandes reduções do potencial militar que hoje seriam possíveis dada a posição soviética.

A batalha pelo desarmamento, pela retirada das tropas e das bases estrangeiras da Europa, pela superação dos dois blocos e pactos militares, pela imediata e substancial redução das despesas militares, *adquire, assim, não menor, mas maior relevância*. Para esta escolha a esquerda europeia é ainda indecisa e dividida. Existem, porém, grandes forças políticas (como o SPD) e correntes idealistas (Igrejas católica e protestante) fortemente engajadas. A precipitação da questão alemã torna esta alternativa de perspectivas ainda mais urgente. Nós, comunistas italianos, que descendemos de uma extraordinária tradição de lutas pela paz e o desarme, não temos falado, e sobretudo feito, nos últimos anos *o quanto se devia e se podia* (F16, bases Nato, redução da despesa militar, comércio de armas): eis onde deverá se medir a renovação.

Uma segunda escolha diz respeito à política para o Terceiro Mundo, à superação do eurocentrismo. É um compromisso de logo alcance, que supõe a difícil reconsideração de todo o nosso modo de produzir, de consumir, de regular o poder económico e político. Mas é também questão de escolhas imediatas e certas: o abatimento da dívida de Terceiro Mundo financiado pelos recursos públicos, não pelos preços nominais mas reais; desmantelamento das barreiras protecionistas punitivas com relação ao Sul e estabilização dos preços das matérias-primas; sustentação programada para o desenvolvimento aut centrado e os consumos vitais das massas e, assim, a política de ajuda qualificada no lugar da sustentação das nossas exportações; ruptura das alianças com as classes compradoras locais, estímulo às reformas agrárias, e fim às ajudas militares para a sustentação de aparatos militares-policiais. Também, por este lado, a esquerda europeia não tem todas as cartas em regra: a inspiração de Palme e de Brandt até hoje convive com políticas duramente neocolonialistas, e em questões cruciais como o Oriente Médio e a América Central, às palavras não se seguiram fatos adequados. Mas existem novas orientações e novas forças para engajar: entre as experiências do voluntariado e da cooperação, e entre aquelas mais significativas do mundo católico nas duas partes do mundo. Aliás, o próprio fato de que hoje a degradação do Sul se traduz em desastre ambiental e em incontroláveis processos migratórios, *oferece a base material de um novo internacionalismo de massa*. Acima de tudo isso o nosso partido não se engajou suficientemente: falou-se sempre menos e a denúncia das repressões renovadas é fraca. Ambígua a “apreciação” feita à política externa do pentapartido. Também aqui, deve-se verificar uma vontade efetiva da virada e renovação. Eis porque dizemos: *o que acontece no mundo reforça, em lugar de subtrair, a exigência de manter viva a autonomia e a originalidade do comunismo italiano e renová-las através de um caminho claro e limpo, antes de tudo, nas fronteiras da paz, do desarmamento, da cooperação internacional, da pressão ao governo mundial da economia*.

*A reestruturação capitalista tem-se realizado amplamente, deixando uma marca profunda em termos de concentração de poder, de hegemonia cultural moderada, de ataque ao Estado social. Mas deixou atrás de si contradições, não somente não resolvidas mas em rápido agravamento.*

### III — TAMBÉM NA ITÁLIA PODE-SE ABRIR UMA FASE NOVA. ALTERNÂNCIA E ALTERNATIVA.

Também na Itália aconteceu nestes meses algo de significativo. A 19 de junho se deu uma primeira verificação das potencialidades daquela correção de linha que tinha levado a escolhas mais certas de ação e luta. Contra qualquer previsão tivemos uma retomada de consenso no quadro de um significativo deslocamento para a esquerda. Não é o caso de tirar conclusões tranquilizadoras: eram eleições europeias. A recuperação tem sido parcial. Mas aquele resultado diz algo. Antes de tudo, diz que não estávamos e não estamos perante o risco de um desmoronamento repentino. Temos, portanto, as forças para levar adiante e seriamente um trabalho de renovação sem procurar improvisações aventureiras. Mas o 19 de junho diz também, e sobretudo, que as razões decisivas do declínio ou da retomada não estão, segundo nós, relacionadas com o déficit de credibilidade democrática — eram os dias da praça Tian An Men — mas com o crescimento dos movimentos reais e com as nossas capacidades de promovê-los e representá-los com propostas programáticas credíveis. Aquele resultado foi o produto direto da discussão sobre os impostos e os tickets da campanha pelos direitos de liberdade na fábrica, da luta contra a criminalidade e a máfia no país e nas instituições, de significativas mensagens sobre a temática ambiental. Tudo isso não era nem casual e nem provisório: mas o surgimento de uma fase nova na Europa e particularmente na Itália. A reestruturação capitalista tem-se realizado amplamente, deixando uma marca profunda em termos de concentração de poder, de hegemonia cultural moderada, de ataque ao Estado social. Mas deixou atrás de si contradições, não somente não resolvidas mas em rápido agravamento.

Um desemprego de massa está concentrado nos jovens, mulheres e no *Mezzogiorno* que provoca marginalização permanente e desagregação social (por isso a criminalidade e a droga). Uma desigualdade sempre maior entre a renda e as condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, em particular os operários e as operárias, e os outros tipos de renda; o compromisso entre capital e trabalho de base fordista está sendo substituído estruturalmente pelas relações lucro-renda legal e ilegal. Uma crise vertical do Estado social, de sua eficiência e do grau de cobertura que ele oferece, em particular à gente pobre, de sua capacidade de oferecer a todos, os níveis mínimos de garantias sociais e, ao mesmo

tempo, dar respostas a novas e diferenciadas necessidades. Um ataque à democracia política, através da concentração do poder econômico-financeiro e do sistema informativo, a pressão para por sob controle a magistratura, um sempre mais pesado condicionamento do voto através do uso da despesa pública, o controle de zonas territoriais internas e de setores de atividades por parte da máfia e da criminalidade organizada. Tudo isso se condensa na crise da finança pública e no agravamento da questão meridional, e por isso se reflete diretamente em uma ameaça pesada para o desenvolvimento econômico, para a capacidade de empreendimento, sobretudo a do empreendimento menor.

Os processos de modernização deste decênio agudizaram a dependência do *Mezzogiorno*, alimentando o crescimento — a partir da velha divisão — das formas de Estados atuais. Por isso se concentram no *Mezzogiorno* as grandes contradições que caracterizam hoje a moderna questão social: o desemprego juvenil, o emergir de novas pobreza, a dramática evidência da questão urbana e ambiental. E é neste contexto que toma corpo uma crise da vida democrática que ameaça dilacerar o tecido social; e por isso impõe-se uma ofensiva reformadora que unifique o país em uma luta pela construção de novos poderes democráticos, por uma diversa qualidade de desenvolvimento, por um saneamento profundo do sistema político.

A questão ambiental deu um salto de qualidade em termos objetivos e nas consciências: do Adriático à poluição das águas, da paralisia urbana à crise dos transportes, à rapinagem do território. O impulso das mulheres na manifestação da diferença sexual está chegando aos nós políticos concretos do tempo de vida e do trabalho, da política das contratações e carreiras, da qualidade do Estado social.

Estas contradições sociais começam, de novo, a produzir fatos políticos: reaparece pela primeira vez, depois de anos, uma dificuldade verdadeira na relação entre DC e mundo católico: há uma não menos evidente fissura entre o Partido Socialista e a intelectualidade democrática. Os espaços de uma oposição forte e não imobilizada se alargam e perfila-se a possibilidade de sua perspectiva de governo.

Deve ser claro, porém, que o país no seu todo precisa de uma virada real, de programas, de classes dirigentes, de equilíbrios de poder, de formas institucionais; não de uma simples união de forças políticas mais ou menos equivalentes.

Mas, também, no outro lado as coisas não permanecem paradas. Tem-se reconstituído um governo pentapartido mas de tipo decididamente novo, caracterizado por uma conflitualidade menor entre o PSI e a DC e por uma mais firme gestão do poder. Ele pode contar com a realidade de um poder forte e estruturado, com a fragmentação das classes subalternas e com as dificuldades do movimento sindical sempre mais golpeado em sua autonomia pelo conflito político e por isso até hoje em crise na sua relação democrática de massa. As eleições administrativas recentes demonstram que não é suficiente um movimento de opinião para romper os condicionamentos determinados pelas estruturas consolidadas de poder. Temos, perante nós, um problema vital e não resolvido que se constitui na verdadeira prioridade da nossa renovação: o problema da investidura social, da repolitização das classes subalternas, do encontro entre demandas e necessi-

*Temos, perante nós, um problema vital e não resolvido que se constitui na verdadeira prioridade da nossa renovação: o problema da investidura social, da repolitização das classes subalternas, do encontro entre demandas e necessidades que nascem no mundo do trabalho e as instâncias de transformação produzidas pelas novas contradições sociais.*

*dades que nascem no mundo do trabalho e as instâncias de transformação produzidas pelas novas contradições sociais.*

Não se pode dizer honestamente que temos trabalhado como se podia e devia neste lado decisivo; não porque tenham vindo a faltar afirmações gerais, mas porque não correspondeu a elas uma prática adequada. Um plano de retomada das lutas sociais é a verdadeira prioridade atual: preparar e sustentar politicamente os dissídios contratuais (salários, horário); dar continuidade à batalha sobre os impostos e a reforma do Estado social; acolher a experiência autônoma e a crítica feminista com relação à estrutura econômica e institucional; construir bases de massa para a batalha meridional sobre a palavra de ordem do direito ao trabalho garantido. As diversas discussões ambientalistas procuram se reatar a uma proposta de política econômica e de reconversão produtiva; torna-se assim essencial afirmar a palavra de ordem do “desenvolvimento sustentado”, um objetivo, isto é, que pela qualidade e quantidade de consumo e uso dos recursos não modifique o equilíbrio do sistema ecoterrestre; lançar de novo a questão da escola como tema central, recuperando-se de uma prolongada redução à marginalização (e como pode-se falar aos jovens a não ser partindo do eixo escola-trabalho?)

Mesmo se captamos com exatidão as exigências de repropor o tema dos direitos democráticos fundamentais — direito à informação, direito à justiça, direito à segurança — toda a questão institucional não tem dado passos à frente por causa da permanência de graves incertezas.

Há talvez um tema no qual é possível descobrir a relação entre velhas e novas contradições e endossar em forma de reivindicação imediata a riqueza e a variedade de uma crítica da realidade dada, envolvendo nela todas os sujeitos interessados: o tema da redução do horário, aliás dos horários. Nele convergem as grande questões da organização do trabalho produtivo e daquele reprodutivo e de restabelecimento da formação permanente, da qualidade de vida urbana, do conteúdo e do sentido do tempo livre, do desenvolvimento da cultura para todos. Ao contrário, ele tem permanecido, para nós, não somente ainda marginal na batalha concreta de dia-a-dia, mas tem se empobrecido em seus pressupostos culturais e estratégicos.

Não são somente atrasos ou erros casuais; mas o reflexo de escolhas políticas reticentes e sobretudo de um atraso de cultura e de instrumentos organizativos; de uma insuficiente

direção política central; do risco do surgimento de uma camada política que se separa de sua própria base social. *Havia e há, portanto, muito que mudar, mas exatamente nestes terrenos, nesta direção. Isto é, na direção de afirmar, de verdade e no concreto, a centralidade da questão democrática.*

*Ao contrário, a proposta de mudança do nome, da "nova formação política" não somente não resolve estes problemas mas nos afasta deles. Pode nos jogar em direção à procura ilusória de uma inserção qualquer na área do Governo.*

#### IV — UNIDADE E REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA EM BASES REAIS, SEM RUPTURAS. OPERAÇÕES DE ARREGIMENTAÇÃO.

Muitos sustentam que a dissolução do partido em uma nova formação política seria a condição do "desbloqueio do sistema político italiano" e da ruptura da hegemonia democrata-cristã. Isso equivale a dizer que o sistema político está bloqueado por causa da própria existência do PCI. Trata-se de um tipo de acusação indevida, não generosa e falsa contra os comunistas italianos.

Mas, sobretudo, esta tese não encontra nenhum fundamento, nenhuma análise concreta do sistema político italiano. O sistema político não é algo "para si", nem na Itália nem em outro lugar. Ele está conectado — em formas diversas e com diversos graus de autonomia, mas de modo efetivo — aos processos que se desenvolvem no campo da organização social, do poder econômico, da vida cultural e sempre mais no campo hoje decisivo da informação. Hoje, na Itália, a tendência é, no caso, aumentar a força destes nexos, como o demonstram as concentrações sempre maiores que estão se dando em muitos setores e que se valem dos favores explícitos (e da troca recíproca) de uma determinada "classe política".

A própria expressão "luta pela alternativa" perderia, então, força e significado se faltasse aquela protagonista que é representado por aquilo que foi e o que é o PCI, com o seu nome, seu patrimônio de cultura e de luta. É claro que a capacidade de construir uma mais ampla e consistente unidade de forças de esquerda — e em geral de forças da renovação e do progresso — é condição não menos importante para o sucesso de uma política de alternativa. Mas que tipo de unidade e como construí-la? Que a proposta da Constituinte — pelo menos por enquanto — não é dirigida ao PCI, é evidente. Mas não se pode falar de "desbloqueio da situação italiana" evitando, como fez a moção do secretário do Partido, enfrentar de verdade o problema da política socialista, colocando-o de lado ou cobrindo-o sob uma leitura do problema da unidade de esquerda de tipo "movimentista".

O PSI até agora tem respondido às inovações do nosso XVIII Congresso com uma reiterada acentuação da situação de conflito e uma integração mais marcada no pentapartido. Seria superficial e sectário ler, em tudo isso, somente uma mesquinha preocupação de quem detém um poder abusivo, teme a concorrência e, por isso, a proposta unitária, tanto quanto ela pareça mais razoável.

O fato é que o grupo dirigente socialista (e nisso o PSI

*Não há alternativa viável sem unidade de esquerda, mas também não haverá unidade à esquerda sem um forte impulso à esquerda no país.*

não é o único entre os partidos social-democratas europeus) considera indispensável para si e útil para o país procurar conquistar um peso sempre maior, *partindo da continuidade de um papel de Governo*, dispondo dos instrumentos que ele oferece e representando, antes de tudo, os protagonistas fortes da nova modernização capitalista. A colocação contínua da disputa histórica e ideológica à esquerda é, então, a cobertura de uma divergência de estratégias e comportamentos que possuem razões atuais e muito fortes. A longa cooperação de governo com a DC que o PSI tem realizado no último decênio — e tornou ainda mais estreita nos últimos tempos — se justifica com a convicção de que o essencial hoje é *gerir (ou participar da gestão) o novo processo de reestruturação capitalista.*

Não podemos nos iludir, portanto, de que é suficiente sinalizar declarando-se disponíveis a mudar de nome e construir uma nova formação política para "retirar o alibi" à recusa de um entendimento à esquerda. Trata-se, ao contrário, de fazer avançar um processo bem diferente: trabalhar para uma renovação profunda de uma força ativa e dinâmica de oposição, estendendo em novas direções sua capacidade de presença social, de iniciativa cultural, de elaboração programática, para propor, de novo, um modo de "ser à esquerda", que se dirigia também às novas figuras sociais que são o resultado das "modernidades" destes anos, os anos do desenvolvimento pós-industrial. *Não há alternativa crível sem unidade de esquerda, mas também não haverá unidade à esquerda sem um forte impulso à esquerda no país.*

Em outra formação — a dos verdes e dos radicais — a contradição da proposta não é menos grave. Tratam-se de forças próximas de nós, na oposição, e também em determinados e significativos movimentos do país, e todavia a convergência em uma única formação política não parece provável e talvez não seria útil. Parece improvável porque as listas eleitorais do Partido Verde, que não são a mesma coisa do movimento ecologista mas parece uma sua parcial expressão institucional, apontam claramente no sentido de gerir este espaço eleitoral; algumas delas até recusam escolher "entre esquerda e direita" e repelem qualquer formalização. Mas, sobretudo, como demonstra toda a experiência européia, uma síntese capaz de unificar tradição de esquerda e uma nova sensibilidade ecológica, é grande tarefa política e cultural, urgente e indispensável, mas que pode somente se comprometer com operações organizativas unilaterais e precipitadas.

Também por causa disso, as novas realidades católicas representam o interlocutor mais relevante para a fundação de uma nova força de esquerda. Não há verdadeira alternativa sem uma articulação política dos católicos, uma forte participação dos católicos na transformação da sociedade. É evidente para todos que aumenta o mal-estar entre uma parte

relevante do mundo católico e a Democracia Cristã. De um lado, nasce novamente uma crítica teórica e prática ao modelo de sociedade que a reestruturação capitalista tem acentuado, às injustiças sociais, aos mecanismos de marginalização e, sobretudo, aos fenômenos morais e culturais que tudo isso significa no geral: individualismo, materialismo mesquinho, decaimento ético. E, de outro lado, a Democracia Cristã tem acentuado, mais uma vez, o seu caráter de partido conservador laico. O cimento anticomunista com o qual, no passado, governava-se esta contradição, hoje progressivamente vem a faltar, ao mesmo tempo em que se acentua a crise de perspectiva da corrente do catolicismo democrático.

Mas exatamente por causa disso, é necessário olhar para as novas experiências católicas por aquilo que são, respeitando seus tempos, percursos e valores específicos.

Diferentemente dos anos setenta, essa nova “divergência” com relação à DC se origina, antes de uma escolha político-ideológica, de uma prática difundida de solidariedade, com um forte sentido de partidarismo ético-cultural e uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de política. Também quando toma consciência do limite da ação molecular, do testemunho, e assim se orienta em direção ao compromisso político, ou até institucional, escolhe de qualquer modo um caminho gradual, não rompe com sua retaguarda específica; pede uma verificação prática e pessoal contínua. Uma proposta como aquela de “nova formação política” não parece em condições de produzir agregações significativas. Aliás, está difundido exatamente no campo católico o temor de que ele conduza a um partido modernizante, ausente de grandes motivações ideais. Permanece, é verdade, uma “esquerda difundida” que, na Itália, parece muito extensa exatamente como sedimento de uma história passada recente. Mas também com relação a isso deveriam ser evitadas simplificações. Esta “esquerda difundida” não somente reflete culturas, interesses, atitudes muito diferenciadas: coloca-se, às vezes, entre nós e o PSI ou o Partido Republicano Italiano; outras vezes flanqueia os movimentos, mas permanecendo de fora deles. Além disso, mais do que em outros países, ela introjetou a desilusão de uma experiência terrível nos anos setenta. É, pois, um grande patrimônio de energias a ser reativado; mas para isso são necessárias forças de idéias, lutas concretas, não sendo suficiente uma declaração de disponibilidade, um interesse efêmero.

Enfim, a esquerda é hoje uma realidade multiforme em transformação: *a sua reorganização nos próximos anos não somente é necessária mas possível*. O tema de uma nova e mais ampla esquerda é um tema aberto e concreto. Mas este processo pode ser favorecido pelo empenho em delinear momentos de programa comum, individualizar terrenos de convergências no enfrentamento dos grandes problemas da sociedade italiana, promover também novas experiências já por ocasião das próximas competições eleitorais.

Uma operação precipitada e de sinal político indeterminado não levaria a frente este processo; ameaça, aliás, obstaculizá-lo ou então produzir somente agremiações marginais e ecléticas.

*O maior perigo é, de qualquer modo, o efeito da virada que foi proposta no próprio corpo do nosso partido*. Aqui não há previsões a serem formuladas, quanto constatações a serem feitas. Pelo tempo e o modo através dos quais ela

avança, interrompendo um ainda difícil trabalho de redefinição, de identidade, de nova soldagem entre culturas, gerações, experiências, ela já produziu na base, não somente incompreensões e resistências, mas desorientação e conflito. E também dilacerações nos grupos dirigentes. Nasce daí o grave temor que disso surja um enfraquecimento eleitoral e organizativo.

## V — A PALAVRA “COMUNISMO”

Diante do desmoronamento dos regimes ditatoriais do Leste e das perguntas que emergem neste fim de século, tem sentido e tem fundamento se falar ainda de comunismo?

*Conforme nossa opinião, sim*. A primeira razão é a mais simples: o Partido Comunista Italiano tem sido, no decorrer deste século, a imagem concreta de uma luta pela libertação da opressão, pela defesa dos explorados, pela emancipação do mundo do trabalho. E esta luta de emancipação tem se ligado estritamente à defesa concreta da liberdade.

Mas este grande patrimônio que conta (porque a memória histórica é parte essencial da vida coletiva e do seu *ethos*) não é ainda suficiente para explicar a força deste nome hoje.

Existem outras razões de forte atualidade. Está se desenvolvendo — exatamente nas sociedades contemporâneas — uma necessidade de bens que não podem ser medidos com o metro do dinheiro e não são quantificáveis com o critério do mercado. São necessidades de comunicação humana direta. São vontades de prestações gratuitas e de instituições onde elas possam se realizar. São, por fim, demandas de libertação de um trabalho até hoje marcado pela autoalienação e necessidade de restituir ao trabalho uma criatividade e, ao tempo de vida, uma autonomia. Estas necessidades não podem existir em uma sociedade que definimos socialista. Manter aberto, portanto, o horizonte do comunismo, significa, desde já, reconhecer o valor destas necessidades, experimentar germes de vida comum nos quais eles possam se expressar. Enfim, manter aberto o horizonte do comunismo significa virar ao avesso algumas hierarquias de valores enraizadas: antes de tudo esta tão tenaz (tão repetida constantemente, tão marcante nas sociedades contemporâneas) discriminação entre “fracos” e “fortes”. Isso quer dizer, manter em vida a suspeita de que os “fracos” podem ter um extraordinário recurso enterrado que os “fortes” não têm. Ajuda muito a compreender como as *mulheres vivem a experiência de seu sexo, enquanto sexo não fraco, mas vencido, que se comunica com os mundos comprimidos e sufocados, que podem surgir dos “continentes de fome”, de uma parte tão grande do gênero humano*.

Como ponto de vista da transformação da sociedade, *comunismo é, de fato, a crítica da “produção pela produção”, da superioridade absoluta da acumulação com relação às suas finalidades concretas, de um sistema social unicamente voltado para a multiplicação quantitativa dos bens e das necessidades*. Comunismo é crítica de uma concepção de política *com o negócio de uma elite profissionalizada e afirmação da democracia como processo que visa permear toda estrutura e superar no seu limite a separação entre governantes e governados*.

Comunismo quer dizer também — e aqui está uma sua conotação essencial —, que tudo isso é possível, *somente*

através da gradual superação de uma formação social baseada na prioridade do lucro e do mercado, e graças à “prática” e à ação consciente daqueles, antes de tudo, que por este sistema são diretamente sacrificados. Sim, é verdade que as idéias e os projetos voltados para eliminar os vínculos sociais que impedem o pleno florescimento da liberdade humana não podem de forma alguma dar lugar hoje a uma concepção totalizadora, nem da política nem da vida (foram as mulheres, primeiro com a prática e a teoria feministas, que afirmaram a parcialidade da política, e a puseram em evidência). Assim, deve-se sublinhar que o projeto comunista não somente tem permanecido muito distante, mas tem sido totalmente desmentido nos regimes despóticos do Leste. Ele é ainda hoje mais um horizonte do que um desenho de sociedade. Deve-se também reconhecer que muitos elementos de análise fornecidos por Marx ou que se cristalizaram em correntes marxistas, não têm conseguido se segurar perante as provas da realidade. Mas, em nossa opinião, o mundo hoje lhe confere uma nova atualidade, restitui-lhe sua riqueza libertária, torna-lhe quanto menos uma intuição fecunda.

O caminho é muito longo. Pensamos fosse curto e sobretudo tivemos a esperança de que uma severa reflexão crítica levasse a uma correção substancial às experiências do Leste e começasse também no Ocidente uma fase nova. Não tem sido assim: uma ruptura de continuidade está nas coisas.

Mas desviar o olhar de um horizonte comunista, aceitar que ele seja removido junto com a crise do modelo estalinista, significaria impedir a verdadeira procura do novo. Por que sacrificar, no Partido Comunista Italiano, aquele traço histórico que, na realidade, e não somente nos livros, pode ligar de maneira não imprópria um passado ao futuro? Quem mais poderia tentá-lo senão nós, os comunistas italianos, aqueles que têm demonstrado, a partir de Gramsci, a capacidade de viver o seu ser comunista como o contrário de um fechamento dogmático, como um estímulo permanente à análise da realidade?

## VI — REFORMA DO PARTIDO E AUTONOMIA DOS MOVIMENTOS

Não poucas companheiras e companheiros vêem na proposta Constituinte, pelo menos, a tentativa de dar resposta à crise da forma-partido, hoje evidente na Itália e no Ocidente, e que, sem dúvida, atinge e atravessa também o modo tradicional de ser do Partido Comunista. É um problema real. Se queixas existem, no caso, temos que nos queixar das demasiadas resistências colocadas no passado para a reflexão deste nó essencial.

Esta crise possui mais que uma dimensão. É fora de dúvida que os fatos políticos e sociais essenciais têm peso: a contra-ofensiva neoconservadora; as mudanças ocorridas em nossa investitura social, antes de tudo nas classes trabalhadoras; o desmoronamento e as derrotas dos regimes construídos pelos partidos comunistas do Leste; o ocaso das culturas e das convicções inspiradas num finalismo determinista que via a classe operária como sujeito da história futura. São fenômenos que se têm misturado com o processo geral da decadência da política reduzida sempre mais à gestão, condicionada sem-

*Mas desviar o olhar de um horizonte comunista, aceitar que ele seja removido junto com a crise do modelo estalinista, significaria impedir a verdadeira procura do novo.*

pre mais pelo voto de favor. De tudo isso tem vindo a crise das formas tradicionais da militância e das estruturas tradicionais, como as seções territoriais.

Emerge, porém, uma outra tendência de sinal diferente. Têm surgido novas formas de agregação e de presença política: movimentos, associações, grupos, círculos culturais, organizações do voluntariado; isto é, novos atores que, muitas vezes, misturam a intervenção política com o agir social e com motivações providas de caráter ético e de inspiração libertária. Estas formas tendem a recusar a cristalização de um partido e muitas vezes preferem um agir “transversal”, que visa atingir diversos níveis da política, da indagação cultural, da luta social. Também companheiras e companheiros nossos se sentem, muitas vezes, mais livres e eficientes participando destas formas de “movimentos” porque sentem subtraídos seja do peso dos aparelhos burocráticos, seja de vínculos que são considerados “ideológicos”.

Tem havido, sem dúvida, um grave atraso por parte do nosso partido em entender o peso e o valor destas experiências marcadas demasiado fácil com a etiqueta do “movimentismo”. Nisso já se tem manifestado também uma boa dose de “ufanismo de partido”.

Abriu-se a estas novas formas; aprender com elas, estabelecer ligações são coisas essenciais. Mais do que falar disso, seria útil, sobretudo, praticá-lo. Devem ser combatidos, porém, duas ilusões e erros. O primeiro erro é o de não compreender que estes movimentos e grupos, por sua natureza, mais que pedir para convergir em uma nova formação política ou similar, tendem exatamente a afirmar estas articulações de ação política e social. Eles são uma confirmação de uma realidade da qual devemos tomar ciência: por todo um tempo previsível haveremos de ter diversas e múltiplas formas de organização orientadas à esquerda. O processo unitário ao qual devemos nos dirigir deve, não somente aceitar, mas compreender as razões de fundo desta multiplicidade de formas e ver nelas, também, a originalidade e a riqueza. Também por causa disso a idéia fumegante da “nova formação política” cheira mais a velho do que a novo.

Além disso, temos que ter claro que as várias constelações de grupos, das quais estamos falando, mais do que fazer corpo debaixo de um só nome, pedem exatamente que sejam ratificados, através da reforma institucional, os seus direitos e poderes de presença autônoma e espaços novos exatamente para os organismos que não são nem partidos nem sindicatos. E a partir deles — mas não somente deles — vem um impulso a formas de democracia que superem a delegação aos partidos e aos seus vértices; que alarguem os poderes de quem está embaixo; que construam um circuito eficaz entre as pessoas e os locais onde acontecem as decisões. Refundar a política;

olhar além da forma-partido significa dar uma resposta política e concreta a estas perguntas: nos fatos, na maneira com a qual conduzimos a luta nas instituições, na batalha por sua reforma.

Além de tudo, isso coloca em causa o próprio modo de ser do partido, sua transparência e coerência. Novo partido de massa ou simples somatória de movimentismo e poder burocrático? Partido como projeto e organização que age na sociedade ou "agência" institucional? Os novos movimentos muitas vezes nos acusam de não sermos claros e transparentes em nossas decisões, e neste sentido nos pedem para nos abirmos à confrontação e indagação comuns. Mas isso exige, antes de tudo, uma reforma séria da vida interna de nosso partido que, finalmente, dê valor aos organismos eletivos do partido e que, finalmente, mude seu caráter reivindicatório, muitas vezes, formal. Ainda hoje quem efetivamente comanda o partido são as secretarias e não os comitês federais ou o Comitê Central.

ACEITAR QUE DESAPAREÇA O PARTIDO DE MASSA, COM UMA PRÓPRIA FISIONOMIA POLÍTICO-CULTURAL PRECISA, COM UMA PRÓPRIA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA, É O OPÓSTO DE UMA REFUNDAÇÃO DA POLÍTICA: É A POLÍTICA QUE, NAS DECISÕES ESSENCIAIS, REDUZ-SE NAS MÃOS DOS CHEFES E DE POUÇOS. É O VELHO, NÃO O NOVO. Mas o partido de massa, do qual hoje precisamos, somente pode viver indo além das velhas regras e velhas estruturas da forma de partido tradicional. É no terreno das reformas concretas do partido que, ao contrário, "o novo curso" se tem travado. Continuaram a prevalecer as velhas regras verticalistas. Permanece demasiado limitado o papel das seções (seções temáticas, centros de iniciativa etc.). Os "externos" foram convidados e, aliás, eleitos como delegados ao congresso, ou independentes de esquerda, mas depois do congresso têm sido esquecidos.

É essencial romper uma estrutura tendencialmente fechada e verticalista, homogênea a uma sociedade mais fortemente caracterizada pelas tradicionais estratificações de classe. No interior desta estrutura também as "novas culturas" das quais afirmamos o papel essencial (o ambientalista, a cultura das mulheres, a não violência etc) vieram a conviver com as culturas de mais antiga tradição no movimento operário, mas sem que tenha sido superada uma relação de estranheza. A diretriz fundamental para uma efetiva reforma do partido, entendemos que deva estar voltada para uma transformação piramidal fortemente hierarquizada — onde a base da pirâmide é constituída pelas seções territoriais sempre mais empobrecidas em capacidade e funções —, no sentido de um novo ordenamento, fortemente articulado, policêntrico e ancorado em específicas realidades temáticas e em múltiplos centros de iniciativa e competência que encontrem nas direções provinciais o momento de síntese.

## VII — A DIFERENÇA SEXUAL: AUTONOMIA DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DAS MULHERES

Na renovação do partido é essencial o papel autônomo da mulher. Mas deve ser imediatamente dito que é claramente

*Também por causa disso a idéia fumegante da "nova formação política" cheira mais a velho do que a novo.*

infundado pensar <sup>que esse reconhecimento</sup> (que reconhecê-lo) <sup>tem</sup> sido difícilimo e continua sendo para uma força já parcialmente educada <sup>que</sup>, para entender o valor da diferença sexual, possa ser mais fácil, ou pior, mais "realizado" em uma "indistinta" <sup>completa</sup> formação política <sup>novo</sup> <sup>indiferenciada</sup>.

O PCI deve muito às mulheres comunistas no passado e no presente. Mas disso não toma adequadamente consciência, pela maneira como é organizado e governado. A organização e o governo do partido são feitos pelos homens e para os homens.

Há, deste ponto de vista, um desequilíbrio estrutural que pede para ser corrigido. A virada que temos feito dando nome à diferença sexual podia e talvez <sup>queria</sup> corrigir o desequilíbrio, mas não deu este resultado. Não ainda. O que faltou? Com palavras não temos feito corresponder nada de preciso no nosso modo de entender e fazer política, especialmente por parte dos homens.

A questão maior quando se trata de diferença sexual, com efeito, diz respeito sobretudo aos homens. Diz respeito à sua tendência de considerar o partido e considerar as mulheres como uma sua componente. Diz respeito à sua falta de atenção em relação à maneira diversa das mulheres fazerem política. Diz respeito à sua prevaricação de impor também às mulheres regras e comportamentos tipicamente masculinos no uso do tempo, da carreira e na linguagem. A mudança virá se houver um novo modo de fazer política (novo, sobretudo, para os homens) *que transforme em força feminina tudo aquilo que, de fato, as mulheres estão dando ao partido.*

O fato verdadeiramente revolucionário que o partido pode fazer com relação à diferença sexual é encontrar o modo prático da força feminina se tornar força feminina e não ser consumida pelo partido dos homens para seus fins. A desproporção entre a grande contribuição das mulheres e a sua pouca força social é uma característica negativa de fundo na nossa sociedade. Nesta sociedade, as mulheres estão sempre mais presentes e engajadas, o que prova, mais uma vez, que a sociedade tem uma grande necessidade delas. Mas ao empenho social feminino não corresponde um reconhecimento de sua força. Não corresponde, para nos explicar, a autoridade, a autoria, o prestígio, os cargos de responsabilidade, o poder de decisão, o ouvir.

O Partido Comunista Italiano tem realizado um ato de coragem dando nome à diferença sexual, mas a diferença sexual, antes de ser um nome, é uma realidade que se regula, de fato, nas relações entre os dois sexos. Somente seguindo este caminho objetivo das relações de força, adquirirá sentido a referência aos dois sujeitos homem-mulher. Os dois sujeitos não saem somente das palavras de um programa ou de um secretário. Na prática, saem da presença no partido de uma subjetividade feminina não subordinada ou complementar aos homens.



Também este tema da força feminina do partido nos obriga a raciocinar de maneira inovadora sobre a relação entre partido e as práticas políticas das mulheres na sociedade. Isso confirma que a idéia de uma globalização dos movimentos, em uma força única, é velha. Vem de uma política repetitiva, de esquemas hoje ultrapassados. No caso das mulheres, de fato, vemos a novidade de uma comunicação de força entre as mulheres que estão dentro e fora do partido, comunicação que corta fora não o partido como tal, mas o componente masculino do partido. É claro, esta parte exige uma transformação profunda do partido.

Esta é, concretamente, a prática política da diferença sexual. Que não nega o partido, mas seguramente o obriga a se renovar e a repensar as formas da relação entre mulheres e homens na sociedade e na política, empenhando-se, sobretudo, a dar espaços de visibilidade social e de palavra às práticas autônomas de mulheres em contraposição com um sistema massívia e cultural conformista e asfíxiante.

Ainda não aconteceu que mulheres e homens estejam juntos — ou dêem vida — numa força política em que os dois estejam livres e autores das escolhas e das práticas, em plena e real paridade. Permanece um problema aberto, não resolvido, e não resolvido com um puro ato de vontade ou com uma mera declaração de responsabilidade e de reconhecimento da diferença dos sexos. O reconhecimento da diferença sexual, feito pelo XVIII Congresso, se não quiser permanecer um simples conceito, mas induzir fatos políticos, deve assumir o conflito com o outro sexo, produzido pela idéia e pela prática da liberdade feminina. É exatamente o conflito que a liberdade feminina carrega consigo ao tornar ilusório um pacto *fundante*, no qual mulheres e homens sejam igual e harmoniosamente protagonistas.

Somente o reconhecimento do conflito entre os sexos, no partido, permite, de fato, individualizar onde e como a contradição de sexo age na sociedade. As mulheres hoje querem ser livres para pensar e decidir sobre si mesmas e sobre o mundo no qual querem viver. E querem definir a partir da liberdade feminina a sua presença e a sua participação na sociedade e na política.

Nos acontecimentos sociais e políticos mais recentes a diferença dos sexos manifestou-se também como conflito social e democrático, revelando limites de cultura, de formas e gestões políticas por parte do movimento operário. As lutas na escola, ou aquelas pelo emprego (por exemplo, na Fiat em Pomigliano) ou pelo horário de trabalho e os turnos noturnos, têm tornado evidente a existência difusa de uma subjetividade feminina autônoma e, conseqüentemente, uma crise de capacidade de representação e de funções de síntese política das organizações sindicais.

Chernobil, Val Bormida, Manfredônia, o Poente genovês, Farmoplant: também a defesa do ambiente tem mostrado diferentes experiências culturais e conteúdos por parte de mulheres e homens.

As mulheres não são somente sujeitos de direitos e poderes que as normas e as instituições não estão em condições de garantir. Estas normas e estas instituições não dão conta, de fato, de um domínio real e simbólico de um sexo sobre outro. É suficiente um único exemplo: a autodeterminação feminina na sexualidade e na procriação não é redutível a

um direito ou a um poder de mulher, igual e contraposto àquele de outros sujeitos. A autonomia de escolha se apóia no reconhecimento da relação com o outro e no nexo imprescindível entre liberdade e responsabilidade. Assumir a noção e mais forte visibilidade da diferença dos sexos na sociedade põe, portanto, em crise a neutralidade e a universalidade dos conceitos, das formas e dos sujeitos da política. Esta crise, as mulheres, antes de nomeá-la, a têm provocado, inventando práticas políticas profundamente diversas. Elas se movem a partir de uma subjetividade que põe, a cada momento, em jogo a si mesma, individualmente e em relação ao próprio gênero: na relação entre indivíduos, na produção de idéias, na relação entre meios e fins. Na política das mulheres o modo é a substância.

A política das mulheres põe ao partido e aos homens comunistas desafios e problemas que apenas se começam a medir, a partir do reconhecimento da prática das mulheres como autônomas e da parcialidade do sujeito masculino.

Nós respeitamos, portanto, os tempos e as formas com as quais as mulheres irão querer praticar sua autonomia também com relação ao Congresso. Propomos às companheiras que o desejam uma verificação comum no curso do Congresso, das possibilidades e das formas de uma mediação entre homens e mulheres com relação às escolhas que o Congresso deverá fazer e a perspectiva política que o partido deverá ter.

## A DECISÃO

Com base em todas as considerações até aqui feitas, propomos que o Congresso decida *recusar* a proposta de formação de uma nova força política e de levar adiante, com mais coragem e coerência, o empenho à renovação e ao relançamento do PCI *como estímulo e contribuição* necessária para a reorganização da esquerda. E para este fim e de imediato:

a) a definição de um programa fundamental do PCI através da convocação de uma assembléia ideal, programática e política;

b) o encaminhamento do trabalho através da elaboração autônoma programática e unitárias iniciativas da luta para uma plataforma comum às forças de esquerda;

c) a convocação de uma conferência de organização para por em prática aquela reformulação das estruturas e da forma-partido, da qual tem sido aqui proposta as linhas essenciais.

Estas propostas partem da convicção de que os eventos necessários para reconstruir uma estratégia das esquerdas não se podem pular com um “decisionismo” de outro lado confuso.

A tentativa de atalhos ilusórios nasce de uma visão *desesperada* da situação política, de uma incapacidade de captar as potencialidades que já se manifestam e os movimentos novos. A sorte deste germe, desta novidade, depende também de nós: se não nos dobrarmos, se nós ainda uma vez nos dedicarmos à luta concreta e nos enraizarmos na nova realidade, se tivermos firmes o compromisso para uma transformação democrática e socialista desta sociedade, à altura dos novos tempos e das novas demandas.